

CONCURSO PÚBLICO



NÍVEL  
SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br



De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Três séculos depois do descobrimento, o Brasil não passava de cinco regiões distintas, que compartilhavam a mesma língua, a mesma religião e, sobretudo, a aversão ou o desprezo pelos naturais do reino, como definiu o historiador Capistrano de Abreu.

4 Em 1808, os ventos começaram a mudar. A vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram novas esperanças entre a elite intelectual luso-brasileira. Àquela altura, ninguém vislumbrava a ideia de uma separação, mas se esperava ao menos que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas. Vã ilusão: o império instalado no Rio de Janeiro simplesmente copiou as principais estruturas administrativas de Portugal, o que contribuiu para reforçar o lugar central da metrópole, agora na América, não só em relação às demais capitanias do Brasil, mas até ao próprio território europeu.

Lucia Bastos Pereira das Neves. *Independência: o grito que não foi ouvido*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.º 48, set./2009, p. 19-21 (com adaptações).

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsecutivos.

- 1 A oração “que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas” (ℓ.10-11) exerce a função de complemento direto da forma verbal “esperava” (ℓ.10).
- 2 A autora defende a ideia de que as elites intelectuais, na chegada da Corte ao Brasil, estavam muito insatisfeitas com a Corte portuguesa, razão pela qual defendiam veementemente a separação da colônia em relação à metrópole portuguesa.
- 3 O texto em questão contém uma proposição e apresenta argumentos favoráveis à defesa de ponto de vista da autora, conforme se verifica no desenvolvimento do segundo parágrafo.
- 4 A ocorrência de crase em “Àquela” (ℓ.9) indica que esse elemento é regido pela preposição **a**.
- 5 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal “deixasse” (ℓ.11) poderia ser substituída por **tivesse deixado**.
- 6 Na linha 1, feitas as necessárias adaptações, a expressão “Três séculos depois do descobrimento” poderia ser deslocada para logo depois do nome “Brasil”, sem que houvesse prejuízo à correção gramatical do período. Nesse caso, a referida expressão deveria ser isolada por vírgulas.
- 7 Os termos “Três” e “Vã” são acentuados em decorrência de igual justificativa gramatical.
- 8 No trecho “A vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram” (ℓ.6-8), o emprego da forma verbal no plural deve-se à presença do artigo “a” antes de “presença”, motivo pelo qual a supressão desse artigo levaria o verbo para a forma singular, mantendo-se, assim, a correção gramatical do trecho.
- 9 Sem que houvesse prejuízo para a correção gramatical, os dois períodos que iniciam o segundo parágrafo poderiam ser ligados pelo sinal de dois-pontos, da seguinte forma: (...) começaram a mudar: a vinda da Corte (...).
- 10 A supressão da vírgula logo depois de “América” (ℓ.15) preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens a seguir.

- 11 O vocativo que deve ser empregado em correspondência dirigida a um ministro de Estado é **Senhor Ministro**.
- 12 Nos expedientes oficiais, deve-se empregar fonte *Times New Roman*, nos tamanhos 12 no corpo do texto, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé.
- 13 Todos os expedientes oficiais devem ser impressos somente em uma das faces do papel, dado o alto nível de formalidade exigido nas correspondências oficiais.
- 14 A inversão sintática é uma das qualidades do texto oficial por garantir-lhe eloquência e formalidade, características exigidas nas relações institucionais.
- 15 O seguinte trecho, devido à relação de concordância nele empregada, poderia compor o texto de um documento oficial: “Vossa Excelência, Senhor Senador, foi convidada para a inauguração do evento”.

### Skin deep

Dermatologists are good at spotting unusual bits of skin that might or might not be cancers. Testing whether they actually are, though, is quite literally a bloody pain. For a piece of skin to be identified as malignant or benign, it must be cut out and sent to a laboratory for examination under a microscope. But a team of researchers led by Rainer Leitgeb, a physicist at the Medical University of Vienna, hope to change that. As they describe in **Biomedical Optics Express**, Dr Leitgeb and his colleagues are exploring a technique called optical coherence tomography (OCT), which they think will allow skin cancer to be diagnosed in situ.

OCT works by sending infra-red light into tissues and analysing what bounces back. The behaviour of the reflected rays provides information on the structures that they collided with. That, Dr Leitgeb hoped, could be used to generate a map of features just beneath the surface of the skin. Dr Leitgeb and his colleagues set up an experiment that let them test the system on a range of skin conditions, including a healthy human palm, allergy-induced eczema on the forearm, inflammation of the forehead, and two previously diagnosed cases of basal-cell carcinoma. They expected to see normal blood vessels in the healthy palm, increased perfusion caused by dilated and altered vessels in the eczema and the inflammation, and a chaotic jumble of vessels feeding the cancers.

And that is exactly what they saw. Moreover, the images of the vessels supplying blood to the tumours were good enough to allow them to calculate blood-flow rates. That could also help treatment by allowing doctors to identify the times during their development when tumours are most vulnerable to starvation by having their blood supply cut off.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

Based on the text above, judge the items from **16** to **20**.

- 16 What is revolutionary about the research is that it indicates that skin cancer may be diagnosed without the need of cutting out a piece of skin to be examined in a lab.
- 17 There is an indication that the procedure may do more than simply identifying skin cancer.
- 18 The word “literally” is used in line three because the process of cutting out a piece of skin is painful and bloody.
- 19 The team of researchers first tested the new procedure on lab animals.
- 20 The experiment with samples of different skin conditions turned out to be unsuccessful.

### The power games of smiling at work

Researchers at the University of California, San Diego (UCSD), found that people in a low-power position tended to mimic the smile of a person with high status. On the other hand, people who feel powerful return smiles of lower status individuals but refrain from smiling back to others in a high-status position. “Mimicry has been shown to help build relationships, and both power and status seem to affect how we unconsciously employ this strategy,” said Evan Carr, the lead researcher. Participants’ facial responses were detected as minuscule, unconscious movements of facial muscles fractions of a second after being shown videos of people of varying social status.

All fifty-five subjects in the study mimicked frowns of people they were told were high-status individuals, like doctors, more than those from low-status jobs like fast-food workers. The author of **The Nonverbal Advantage: Secrets and Science of Body Language at Work**, Carol Kinsey Goman, who is not affiliated with the study, said humans are wired from birth to mimic the facial expressions and body language of others, and subordinates are more prone to this type of behavior of submission. “Subordinates will smile more, they’ll nod more, they’ll tilt their heads more, which is a kind of universal sign of listening”, she said.

In line with the UCSD study’s findings, Goman said these responses come naturally. The implication of studies like these is that employees can be more conscious of their body language in order to give off the proper signals in specific situations. “Learning what these cues mean, to use it to make a point you want to make, is when body language is helpful”, Goman said.

Internet: <www.cnn.com> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 21 Evan Carr and Carol Goman are two of the researchers involved in the UCSD study.
- 22 The UCSD research indicates that mimicking is a contributing factor to the strengthening of relationships.
- 23 From the researchers’ point of view, the smile from a hierarchically superior person is a sign of prejudice, since it is not sincere.
- 24 The research may help employees to become aware of what their bodies are signaling in certain situations.
- 25 Our facial response to people from different status at work seems to be unconscious.

De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) — Lei n.º 7.565/1986 —, julgue os itens seguintes.

- 26 Danos a pessoas ou bagagem a bordo de aeronave que esteja realizando transporte aéreo gratuito do Correio Aéreo Nacional somente gerarão indenização se houver comprovação de culpa ou dolo dos operadores da aeronave.
- 27 Cumpridas as exigências previstas na legislação, será livre o tráfego de aeronave que realizar, em benefício do próprio operador, um serviço aéreo especializado, exemplo de serviço aéreo privado.
- 28 Do proprietário da aeronave que realize um serviço aéreo privado sem contrato de transporte é exigida a contratação de seguro correspondente à sua responsabilidade civil por eventuais danos ao pessoal técnico a bordo, além de danos a bens e pessoas na superfície.

Considerando o que dispõe o CBA sobre as infrações imputáveis a pessoas naturais ou jurídicas, julgue o item abaixo.

- 29 O ato de prometer ou conceder qualquer modalidade de desconto, prêmio, bonificação ou vantagem aos adquirentes de bilhete de passagem ou frete aéreo não é considerado infração imputável a pessoa jurídica.

Sabendo que, conforme o disposto no CBA, as autoridades aeronáuticas, fazendárias ou da Polícia Federal podem deter, para averiguação de ilícitos ou de carga perigosa à segurança pública (inclusive munições e equipamento aerofotogramétrico, salvo casos de autorização especial de órgão competente), toda aeronave que, em voo no espaço aéreo brasileiro, infrinja as convenções e autorizações recebidas, julgue os itens subsequentes.

- 30 Conforme o CBA e a lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), não é possível interditar uma aeronave apenas pelo fato de ela estar, sem a devida autorização do Ministério da Defesa, realizando voo com equipamento para levantamento aerofotogramétrico, mas há a possibilidade de que uma aeronave seja interdita por estar sendo utilizada sem os documentos exigidos.
- 31 A autoridade aeronáutica pode empregar os meios de coerção legalmente previstos para que a aeronave nas condições descritas efetue pouso no aeródromo que lhe seja indicado, em procedimento normatizado, existindo, inclusive, a possibilidade de, sendo classificada como hostil, a aeronave ser destruída, medida que requer autorização prévia do presidente da República.
- 32 O fato de os seus aeronautas terem infringido as normas e regulamentos que afetem a disciplina a bordo ou a segurança de voo não constitui, por si só, motivo para interdição da aeronave.

À luz da Lei n.º 10.871/2004, julgue o item a seguir.

**33** É permitido ao servidor da ANAC prestar serviços eventuais a empresa cuja atividade seja fiscalizada por essa agência, sendo considerados eventuais os serviços de duração inferior a doze horas, realizados somente uma vez a cada período de dois meses.

No que se refere à competência da ANAC, julgue os próximos itens.

**34** À ANAC compete regular e fiscalizar, entre outros, os serviços aéreos, os produtos e processos aeronáuticos, os sistemas de reservas e a movimentação de passageiros e de carga, incluindo-se a repressão às infrações referentes aos direitos dos usuários e a aplicação de sanções.

**35** Compete à ANAC fiscalizar as aeronaves civis, seus componentes e serviços de manutenção, com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas de segurança de voo, bem como fiscalizar a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive em atividades relacionadas com o Sistema de Controle do Espaço Aéreo e com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Julgue os itens a seguir, relativos à concorrência de mercados.

**36** Apesar de, em um oligopólio, poucas empresas deterem o controle da maior parcela do mercado, a influência de cada empresa sobre os preços do mercado não é nula.

**37** Em um mercado com cartel, as empresas concorrentes determinam, de forma independente, os preços e a quantidade dos produtos que devem ser produzidos, a fim de maximizar seus lucros.

**38** Mesmo que haja poucas empresas em um mercado, este pode ser perfeitamente competitivo, desde que os consumidores comprem apenas pelo menor preço, sendo este o preço de mercado.

**39** A regulação é utilizada para aumentar a eficiência econômica do mercado.

**40** Empresas monopolistas escolhem o nível de preço e o nível de produção que maximizam seu lucro total.

Com relação ao papel do Estado regulador, julgue os itens seguintes.

**41** Em monopólios naturais com economias de escala, o Estado regulador é responsável por fixar as tarifas, igualando-as ao custo marginal da empresa, o que faz a empresa operar com lucro aceitável, do ponto de vista da sociedade.

**42** As agências de regulação foram criadas em um momento de redefinição do papel do Estado, que passou a ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social do país, pela via de produção de bens e serviços.

**43** Entre as atuações do Estado na atividade econômica, está a tutela da liberdade de concorrência, que objetiva a liberdade de ajustes dos mercados.

Acerca de planejamento estratégico, julgue os itens subsequentes.

**44** De acordo com a escola de poder, o planejamento estratégico resulta do trabalho exclusivo de um executivo principal, denominado de estrategista.

**45** Planejamento estratégico e gestão estratégica referem-se ao mesmo processo gerencial.

**46** A escola de *design* volta-se à avaliação externa, à avaliação interna e à criação, avaliação, escolha e implementação da estratégia.

A respeito dos indicadores de desempenho, julgue os itens que se seguem.

**47** Os indicadores de desempenho organizacional são ferramentas utilizadas para o diagnóstico da situação, o monitoramento da execução e a avaliação de alcance de metas.

**48** Os indicadores de desempenho podem ser desenvolvidos e medidos exclusivamente por meio de informações quantitativas ou qualitativas, em virtude de as informações mistas reduzirem a especificidade desses indicadores.

**49** Até bem pouco tempo, a avaliação do desempenho organizacional limitava-se às dimensões eficiência, efetividade e equidade, às quais, modernamente, foram acrescidas as dimensões eficácia e economicidade.

**50** Os indicadores de desempenho são abstrações, reduções e representações de uma dada realidade, sendo suscetíveis a diversos vieses.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) estabelece que o tráfego de aeronaves no espaço aéreo brasileiro deve observar, além do disposto em convenções e atos internacionais assinados pelo Brasil, a legislação complementar e as normas sobre matéria aeronáutica referentes a navegação aérea, tráfego aéreo, infraestrutura aeronáutica, aeronaves e tripulações. Com base no CBA, julgue os itens a seguir.

- 51** O comandante de aeronave que receber ordem de órgão controlador de voo para pousar deve dirigir-se de imediato para o aeródromo (AD) que lhe for indicado e nele efetuar o pouso, ou, caso haja razão técnica impeditiva de pouso naquele AD, solicitar ao órgão controlador que determine AD alternativo, com melhor condição de segurança à aeronave.
- 52** Para a realização de evento internacional de interesse público, podem-se fixar, por motivo de segurança da navegação aérea, zonas em que se proíbe ou restringe o tráfego aéreo, bem como se pode suspender total ou parcialmente o tráfego e, até mesmo, o uso de certas aeronaves.

Com base no que dispõe o CBA sobre infraestrutura aeronáutica, julgue os próximos itens.

- 53** Um aeródromo privado aberto ao tráfego por processo devidamente homologado e registrado pode ser explorado comercialmente por seu proprietário, desde que a cobrança de taxas pelas facilidades aeroportuárias oferecidas seja fiscalizada por autoridade aeronáutica.
- 54** Um heliporto distingue-se de um heliponto por comportar instalações e facilidades para apoio de operações de helicópteros e aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas.
- 55** A infraestrutura aeronáutica compreende, entre outros, o sistema de proteção ao voo, o sistema de registro aeronáutico brasileiro, o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos e o sistema de formação e adestramento de pessoal destinado à navegação aérea e à infraestrutura aeronáutica.

De acordo com o disposto na Lei do Aeronauta, julgue os itens que se seguem.

- 56** As férias anuais de trinta dias a que tem direito o aeronauta não podem ser convertidas em abono pecuniário no caso de rescisão do contrato trabalho.
- 57** É designado tripulante extra tanto o aeronauta de empresa de transporte aéreo regular quanto o de empresa de transporte aéreo não regular, quando em deslocamento a serviço da empresa, sem exercer função a bordo, mesmo em aeronave de outras empresas.

Consoante a Lei n.º 12.462/2011, que criou a Secretaria de Aviação Civil, julgue os itens a seguir.

- 58** Compete à Secretaria de Aviação Civil formular, coordenar e supervisionar as políticas para a infraestrutura aeroespacial e aeronáutica.
- 59** Incumbe ao ministro de Estado da Defesa a presidência do Conselho de Aviação Civil.

Com base no Decreto n.º 65.144/1969, que instituiu o Sistema de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica, julgue o item seguinte.

- 60** O Sistema de Aviação Civil tem por finalidade organizar as atividades necessárias ao funcionamento e ao desenvolvimento da aviação civil.

Com relação aos princípios da ordem econômica, julgue o item abaixo.

- 61** No Brasil, a Constituição de 1934, sob a influência da Constituição de Weimar de 1919, foi a primeira a consignar princípios e normas sobre ordem econômica.

A respeito de constitucionalismo, interpretação, eficácia e hierarquia das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 62** Segundo o princípio da unidade da Constituição, cada país só pode ter uma constituição em vigor, de modo que a promulgação de uma nova constituição implica a automática revogação da anterior.
- 63** No constitucionalismo moderno, a Constituição deixa de ser concebida como simples manifesto político para ser compreendida como norma jurídica fundamental e suprema, que consiste em técnica específica de limitação do poder com fins garantísticos.
- 64** Segundo o princípio da máxima efetividade, o intérprete deve atribuir às normas constitucionais o sentido que lhes dê maior efetividade, para que delas possam ser extraídas todas as suas potencialidades.
- 65** As emendas constitucionais têm o mesmo grau hierárquico que as normas constitucionais originárias e, por isso, não estão sujeitas a controle de constitucionalidade.
- 66** A Constituição Federal de 1988 (CF) dispõe que é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Essa norma é classificada pela doutrina como norma de eficácia contida.

Acerca das funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

**67** O Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e territórios.

**68** De acordo com a CF, compete ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.

---

No que concerne ao Poder Legislativo, julgue os próximos itens.

**69** É de competência privativa da Câmara dos Deputados a autorização para instauração de processo contra o presidente da República.

**70** Ao Congresso Nacional é vedado controlar os atos dos entes que compõem a administração indireta.

---

A respeito da Lei nº. 9.784/1999, julgue os itens seguintes.

**71** Em casos previstos na citada lei, o ato de delegação de competência é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

**72** O requerimento do interessado, que inicia o processo administrativo, pode ser feito de forma oral.

**73** São legitimados como interessados no processo administrativo apenas os servidores concursados e os comissionados do respectivo órgão no qual o processado estiver vinculado.

---

No que se refere à intervenção do estado na propriedade, julgue os itens a seguir.

**74** Na ocupação temporária, a indenização é condicionada à ocorrência de prejuízo ao proprietário.

**75** Requisição é o direito real público que possibilita ao poder público usar da propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.

---

Acerca de concessão e autorização dos serviços públicos, julgue os itens de **76** a **80**.

**76** Não é admissível a concessão de serviços públicos a pessoas físicas.

**77** Em caso de intervenção, a concessão é obrigatoriamente extinta.

**78** Os serviços de limpeza urbana são prestados mediante permissão de serviço público.

**79** As modalidades de licitação aplicáveis às concessões de serviços públicos podem ser a concorrência, ou a tomada de preços, dependendo do valor do contrato a ser celebrado.

**80** Não existem concessões ou permissões por prazo indeterminado.

---

Com base no Código Civil, julgue os itens a seguir, relativos às benfeitorias.

**81** Caso tenha sido feito melhoramento a um bem, sem a intervenção do proprietário, do possuidor ou do detentor, não se considerará esse melhoramento como uma benfeitoria.

**82** Consideram-se como benfeitorias úteis os reparos feitos em um imóvel com a finalidade de conservá-lo.

**83** A construção de uma piscina na área externa de um imóvel residencial caracteriza-se como uma benfeitoria voluptuária.

---

Ainda com base no Código Civil, julgue os itens seguintes, referentes ao direito das obrigações.

**84** Se, por culpa de um dos devedores solidários, a prestação tornar-se impossível de cumprimento, todos devem responder por perdas e danos perante o credor.

**85** Considere que um artista tenha-se comprometido a fazer uma escultura para uma pessoa por determinado valor, que seria pago no momento da entrega, mas que a realização da escultura tenha-se tornado impossível em razão das condições climáticas de sua região, e não por culpa do artista. Nessa situação, estará resolvida a obrigação, sem a necessidade de imposição de reparação de perdas e danos.

**86** Não se pode imputar mora ao credor, visto que cabe apenas ao devedor cumprir a obrigação na forma considerada no contrato.

Acerca da propriedade industrial e de seu registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Privada (INPI), julgue os itens subsequentes.

- 87** O titular de um invento ou de um modelo de utilidade não está obrigado a depositá-lo junto ao INPI. Contudo, ao optar pela patente, terá garantida sua utilização exclusiva durante determinado período de tempo, após o qual o invento cairá em domínio público.
- 88** Na lei que regula a propriedade industrial não consta o conceito de invenção, e sim, um critério de exclusão que deve ser utilizado para identificá-la.
- 89** A marca de alto renome goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil, bastando que seja efetivamente considerada pelo INPI, que, nessa circunstância, não poderá proceder ao registro da mesma marca ou similar.

Julgue os itens seguintes, relativos à falência e à recuperação judicial.

- 90** O devedor poderá ter a falência decretada quando descumprir as determinações legais ou o estabelecido no plano de recuperação e também quando os credores decidem em assembleia que não é oportuna a concessão da recuperação ou sua manutenção.
- 91** Uma vez que a relação de credores com direito a voto na Assembleia-Geral de Credores pode sofrer alterações no decorrer da recuperação judicial ou falência, a lei estabelece que as deliberações não serão invalidadas em razão de posterior decisão judicial modificadora da condição de credor.

A respeito da intervenção e da liquidação extrajudicial das instituições financeiras, julgue os itens que se seguem.

- 92** Do relatório ou da proposta do interventor, o Banco Central do Brasil poderá autorizá-lo a requerer a falência da entidade, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir sequer metade do valor dos créditos quirografários. Das decisões do interventor caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Banco Central do Brasil, em única instância.
- 93** O ato de decretação da liquidação extrajudicial torna exigível a cláusula penal dos contratos unilaterais antecipadamente vencidos, os juros posteriores à decretação, se não pago integralmente o passivo, e as penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.

Acerca da ordem econômica e dos princípios gerais da atividade econômica estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, julgue os itens de **94** a **97**.

- 94** Entre os princípios observados pela ordem econômica estão a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas com base nas leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

- 95** O Estado pode intervir no domínio econômico de forma direta quando a intervenção for necessária à preservação da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo. Nesse caso, o Estado irá atuar por meio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, que poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- 96** De acordo com a CF, a lei que instituir a contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados não poderá ter alíquota reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo.
- 97** Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de duas ou mais farmácias em determinada área.

Julgue o item seguinte, a respeito do liberalismo e das modalidades de intervenção do Estado na economia.

- 98** De acordo com a doutrina, ocorre intervenção imediata do Estado na economia (ou intervenção na economia) quando os poderes públicos perseguem objetivos diretamente econômicos. Na intervenção mediata (ou intervenção sobre a economia), por outro lado, o Estado não tem apenas objetivos econômicos, mas também atua, por exemplo, por meio de medidas de política fiscal.

A Lei n.º 8.137/1990 dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária, a econômica e contra as relações de consumo. A Lei n.º 12.529/2011, por sua vez, estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Com base nessas leis, julgue os itens que se seguem.

- 99** Presume-se posição dominante, que consiste em infração da ordem econômica, sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar, de forma unilateral ou coordenada, as condições de mercado, e conseguir, nessa circunstância, controlar 20% ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica para setores específicos da economia.
- 100** O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, autarquia competente para promover a concorrência em órgãos de governo e perante a sociedade, compõe, juntamente com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, o sistema brasileiro de defesa da concorrência.
- 101** Constitui crime contra a ordem econômica abusar do poder econômico, dominando mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante a adoção de práticas de ajuste ou acordo de empresas.

Em relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) e a suas disposições, julgue os itens que se seguem.

- 102** O instituto da desconsideração da personalidade jurídica implica a extinção da pessoa jurídica, posto que afeta o princípio da autonomia patrimonial.
- 103** Deve o fornecedor responder pela reparação dos danos causados aos consumidores decorrentes de defeitos em seus produtos ou serviços, independentemente de apuração de culpa.
- 104** Vício de produto designa inadequação no serviço prestado, enquanto defeito refere-se à inadequação de produtos.
- 105** Classifica-se o fornecedor de produto em fornecedor real, fornecedor aparente e fornecedor presumido, podendo somente o primeiro ser responsabilizado por vícios do produto, independentemente de investigação de culpa.

---

Com base no disposto no CDC, julgue os itens que se seguem.

- 106** Um dos instrumentos a serem utilizados para a concretização do princípio da harmonização dos interesses e da garantia de adequação é o *marketing* de defesa do consumidor.
- 107** Dada a função integrativa do princípio da boa-fé objetiva, novos deveres podem ser designados para as partes em face da relação de consumo, visto que a inobservância de novas condutas surgidas pode acarretar a inadimplência contratual.
- 108** O CDC não incide nas relações de consumo bancárias e financeiras.
- 109** Compete ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, órgão vinculado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, a coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- 110** O princípio da vulnerabilidade, que, de acordo com a doutrina, se subdivide em dois aspectos, um de ordem técnica e outro de ordem jurídica, está expresso no CDC.

Com relação ao direito tributário, sistema tributário nacional, tributos e competência tributária, julgue os itens a seguir.

- 111** De acordo com a CF, é vedada a imunidade tributária recíproca ou intergovernamental.
- 112** A valorização do imóvel é requisito para a cobrança da contribuição de melhoria.
- 113** De acordo com o princípio da irrenunciabilidade, é correto afirmar que, se um ente político não instituir desde logo o seu tributo, nada o impede de fazê-lo no momento em que julgar oportuno.
- 114** O princípio da isonomia tributária e o princípio da progressividade são exemplos de limitações ao poder de tributar.

---

Acerca de obrigação tributária, direito tributário e crédito tributário, julgue os itens seguintes.

- 115** Caso haja autorização legal a remissão total ou parcial pode ser concedida por autoridade administrativa.
- 116** O prazo para que a administração tributária promova o lançamento denomina-se decadencial, enquanto o prazo para que a ação de execução fiscal se ajuíze é conhecido como prescricional.
- 117** Um exemplo de obrigação tributária acessória é a escrituração de livros fiscais.
- 118** A obrigação tributária principal abarca o crédito e os respectivos juros e multas.
- 119** A moratória, hipótese de exclusão de crédito tributário, ocorre somente por lei objetiva a dilatação do prazo para o pagamento do tributo.
- 120** A anistia, perdão legal de infrações, pode ser concedida em caráter geral ou limitadamente.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
  - Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
  - Ao domínio do conteúdo de cada estudo de caso serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).
- 

Discorra sobre o estado regulador e a defesa da livre concorrência, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a ação regulatória do Estado e a função regulatória; [valor: 3,50 pontos]
  - ▶ o princípio da dissolução do poder econômico na teoria da regulação; [valor: 3,00 pontos]
  - ▶ o papel da ANAC na defesa da livre concorrência. [valor: 3,00 pontos]
-

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos